

História da educação: qual história?¹

*José Licínio Backes**

Resumo

Este artigo reflete sobre uma concepção de história que privilegie uma história da educação que leve em conta as inúmeras diferenças que existem numa sociedade. A partir de Chartier, busca-se entender que a diferença está para além das da ordem de fortuna (raça, gênero, crença,...). Junto com este entendimento defende-se também uma história que englobe as vozes marginais, que não absolutize suas verdades e leve em conta que as pessoas não agem/reagem da mesma forma às imposições de uma estrutura, dando espaço para sujeitos singulares e diferentes.

Palavra-Chave: História da educação – Chartier – História

Abstract

This article reflects about a conception of history which privileges a history of education that considers the innumerable differences existing in society. Departing from Chartier, we try to understand that the difference exists beyond the order of fortune (it includes race, gender, faith). Together with this understanding, we also advocate a history that comprises the marginal voices, which does not consider as absolute its truths and takes into account that different people don't act/react in the same way to the impositions of a structure, giving space to single and different subjects.

Key-words: History of education – Chartier - History

¹ Este artigo é fruto das reflexões desenvolvidas para construir as referências teóricas da pesquisa de mestrado, realizado na UNISINOS.

* Aluno de Mestrado de Educação Básica da UNISINOS.

Telefone: 5451264

O presente artigo parte do entendimento de que várias são as formas possíveis de escrever a história. Assim, ao escrevê-la é de suma importância que seja explicitado o lugar a partir do qual se escreve, de modo que permita compreender as razões das idéias desenvolvidas.

Isto significa que ao reconstruirmos a história da educação, estamos, ainda que de modo implícito, fazendo escolhas e ao fazê-las estamos priorizando alguns aspectos em detrimento de outros. Desde modo, uma pergunta sempre subjacente ao ato de escrevê-la é à qual história nos referimos.

Convém salientar que, não se trata, neste artigo, de enumerar as várias possibilidades de escrevê-la, mas sim de argumentar em favor de uma determinada concepção de história.

Iniciamos a reflexão, situando a história da educação dentro de um contexto mais amplo, isto é, dentro do contexto das ciências sociais. Segundo Santos(1988), a ciência moderna de um modo geral está em crise porque deixou de refletir sobre si mesma. Os resultados eram tão fascinantes que o cientista deixou de refletir sobre eles. A busca de uma ciência neutra, universal, objetiva, transformou, segundo Santos (1988), o cientista em um ignorante especializado e o cidadão comum em um ignorante generalizado. De modo semelhante a Santos, Morin(1995), também observa que a ciência moderna está em crise pois: "O mito do progresso desmorona, o desenvolvimento está enfermo: todas as ameaças para o conjunto da humanidade têm pelo menos uma de suas causas no desenvolvimento das ciências e técnicas" (Morin, 1995:96).

É dentro deste contexto mais amplo que surgem as perguntas: Como a história situa-se neste contexto? Ela foi conivente com este paradigma? Como ciência social, teria ela resistido a tendência da queda do paradigma moderno? Ou, ao contrário, manteve-se firme na sua tarefa de dar conta de explicar o passado da humanidade tal como se sucedeu?² Estaria a história acima de qualquer crise de referencial marxista ou estruturalista, reconstruindo-se sem passar por uma crise de legitimidade? Ainda podemos falar em verdade histórica? Existe algo determinante na história a partir do qual deve ser feita a sua leitura? São perguntas que um pesquisador de história não pode deixar de se fazer. Através delas pode-se buscar uma forma de reconstruir a história, especificamente nesta reflexão um conhecimento histórico sobre educação de modo a não retirar os seus/suas autores/as, ou seja a atividade das

² Entenda-se esta pergunta como uma ironia ao paradigma fiscalista e positivista da história que acreditava que poderia contar o acontecimento histórico tal qual se sucedeu. Segundo Kosik: "O fiscalismo positivista é responsável pelo equívoco de ter considerado uma certa imagem da realidade como a realidade mesma, e um determinado modo de apropriação da realidade como o único autêntico"(KOSIK, 1976: 25).

mulheres, homens, crianças, jovens, idosos, negros, brancos, índios, heterossexuais, homossexuais,...

Também a história passa por um momento de dúvidas e incertezas. Os seus grandes alicerces, que durante décadas a sustentaram estão sendo questionados, revistos e chocam-se com as novas maneiras de interpretar e fazer as leituras históricas. São postos a prova pela própria história. Acreditava-se que era possível compreender toda a história a partir das estruturas e/ou partindo de referenciais marxistas. Sob forte influência das ciências naturais, recorria-se a linguagem matemática, acreditando ser possível quantificar, seriar e enumerar as leis gerais que explicassem toda a realidade histórica. A atividade humana particular e o sujeito, são praticamente expulsos da história. São as estruturas que determinam a atividade humana e a explicam, portanto são elas que interessam a história:

“Tratava-se antes de mais nada de identificar as estruturas e as relações que independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso” (CHARTIER, 1994: 101).

Ainda que não se possa dizer que a crise tenha se iniciado com a queda do socialismo real, ela intensificou-se muito com ela. Se ainda era possível fazer uma leitura histórica marxista partindo do primado econômico nos moldes já consagrados, o fim da União Soviética, pelo menos temporariamente inviabilizou esta concepção histórica. Muitos historiadores sentem-se vencidos pela história. O sucesso, garantido às custas de uma crença de transformação radical da sociedade capitalista, para a maioria, foi demolido junto com o Muro de Berlim.³ Para estes, enquanto não surgir um novo socialismo, não se sustentará tal leitura, no mínimo, será marginalizada.

Entretanto, dizer que a história está vivenciando uma crise, não significa afirmar que seja paralisante, ou que torne impossível a construção do conhecimento histórico. Antes pelo contrário, o questionamento e a reflexão de seus fundamentos, métodos e objetos, faz da história uma ciência ainda mais apaixonante, mais relevante para o historiador. Aliás, tempos de crise são muitas vezes, também tempos de grandes produções e inovações. Talvez tenha sido a história a ciência que mais soube produzir

³ Aqui cabe o apontamento de Santos (1995). Segundo ele, o fim do socialismo real recolocou o socialismo naquilo que ele sempre foi, ou seja, numa luta para construir uma sociedade mais justa e humana.

em tempos de crise, a tal ponto de o editorial da Revista dos Annales de 1988 ter proclamado a crise geral das ciências sociais e ao mesmo tempo a vitalidade e guinada crítica da história.⁴

Na década de 60, com a institucionalização e o triunfo intelectual de novas ciências sociais, principalmente da sociologia e da etnologia, com seus novos métodos e teorias, a história é colocada no “paredão”, pois ainda estava muito presa ao método empiricista e positivista e preocupa-se basicamente com a estrutura econômica e social. Rapidamente, a história reage e consegue, de certa forma, aproveitar-se dessa posição, inicialmente incômoda, e colocar-se na dianteira do movimento, fazendo de seus “inimigos” os grandes aliados e reassumindo um lugar de destaque na ciências humanas. Para tanto abre mão de seus objetos tradicionais e dedica-se à exploração de objetos novos ou reencontrados, antes considerados irrelevantes ou até mesmo inexistentes. Criam-se espaços para estudar as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e religiões, as formas escolares, as relações de parentesco,... De certa maneira, não deixa de ser uma invasão do território alheio. Mas, se a intenção era uma invasão estratégica para voltar a brilhar, tornou-se muito mais do que isso. Não abrindo mão de seu método quantitativo e serial, que historicamente constituiu sua força, a história, com a designação de história das mentalidades, lembrando a fundação da Revista dos Annales, vai tornando-se hegemônica:

“Majoritariamente, a história das mentalidades construiu-se, pois, ao aplicar a novos objetos os princípios de inteligibilidade previamente provados na história das economias e das sociedade. Por isso suas características específicas: a preferência pelo maior número, portanto a pesquisa da cultura tida como popular, a confiança no numérico e na série, o gosto pela longa duração, o primado conferido ao recorte sócio-profissional” (CHARTIER, 1991: 175).

A mudança de objeto representa também a volta de uma filosofia do sujeito, refutando a total determinação coletiva e o condicionamento social, pretendendo considerar a parte refletida e explícita dos sujeitos históricos.⁵

Desde modo, percebemos que o marxismo e o estruturalismo não são os únicos paradigmas de conhecimento e que a subjetividade ocupa cada vez mais lugares. Assim, existe a possibilidade de buscarmos olhares diferentes, capazes de contribuir, para o conhecimento, especificamente no

⁴ Hipótese sugerida por CHARTIER.

⁵ Segundo Lacouture este movimento é tão forte que : “Ninguém mais acredita que uma pesquisa – e, com mais razão ainda, uma descoberta e uma relação mais ou menos causal – não seja guiada por algum pressuposto filosófico ou pelo ambiente sociocultural do historiador”(LACOUTURE, 1993: 230).

nosso caso, um conhecimento histórico da educação. Para um entendimento diferente de história, Chartier oferece uma grande contribuição, motivo pelo qual, passaremos a apresentar sua reflexão de forma refletida. Será apenas um olhar do olhar de Chartier. Desnecessário dizer que é um olhar provisório.

Segundo Chartier(1991), as certezas fundamentais sob as quais a história se alicerçava, foram progressivamente sendo desmistificadas, surgindo a possibilidade de inúmeras novas leituras, tornando-se evidente que:

“Enfim, ao renunciar ao primado tirânico do recorte social para dar conta dos desvios culturais, a história em seus últimos desenvolvimentos mostrou, de vez, que é impossível qualificar os motivos, os objetos ou as práticas culturais em termos imediatamente sociológicos e que sua distribuição e seus usos numa dada sociedade não se organizam necessariamente segundo divisões sociais prévias, identificadas a partir de diferença de estado e de fortuna. Onde as novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as prática e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e a diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados” (CHARTIER, 1991:177).

Para além das formas previamente pensadas e elaboradas para entender a história humana, há elementos, que embora tradicionalmente ignorados por muitos historiadores, são importantes nas interpretações históricas. Em primeiro lugar, não existem textos abstratos que não contenham as marcas subjetivas de seu escritor, e sua apreensão e compreensão dependem muito do estilo literário. Em segundo lugar, os textos são lidos por leitores diferentes. Cada leitor, de certa maneira, não deixa de ter um olhar diferente.⁶

Com estas considerações não estamos sendo levados a um subjetivismo desenfreado na qual não haja possibilidade de pensarmos historicamente, fazem-nos sim, pensar sobre as formas como os textos são produzidos, sobre os sentidos dos textos. Trata-se mais de entender as condições sob/sobre as quais os textos são escritos do que simplesmente ler o que está dito ou escrito. Assim, descobre-se ou redescobre-se que as

⁶ Para Burke: “Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados a cor, credo, classe, ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e esteriótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”(BURKE, 1992: 15).

peças pensam como vivem e até mesmo as verdades tidas como universais, são contingências históricas ou no dizer de Chartier (1991) é reconhecer que "(...) nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas" (CHARTIER, 1991:180).

Ao fazer a leitura histórica, deve-se portanto, ter presente as diversas representações que as pessoas tem ou tiveram da sua vida, da sua realidade, do seu mundo. Representações que estão para além do texto literário, que alguns pensam existir em si. Estas representações não são apenas individuais, mas também coletivas e são a base da organização social. Assim, uma perspectiva diferente abre-se para uma leitura histórica:

"Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estreita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade" (CHARTIER, 1991:184).

O que se busca é redescobrir o lugar dos indivíduos na sociedade. O mundo social é produzido pelas relações entre os indivíduos, através de suas concordâncias e discordâncias, consensos e conflitos. Não se trata de estudar as estruturas para explicar a ação dos indivíduos, mas sim de perceber as diferentes maneiras de articulações bem como as estratégias utilizadas para o estabelecimento das relações sociais. Estas práticas, e até mesmo a estrutura na qual se dão são produzidas pelas representações que os homens fazem de si, das coisas e do mundo. São elas que acabam constituindo o seu sentido.

Ao levarmos em conta a representação para a compreensão histórica, conseguimos englobar novas dimensões como o gênero, a raça e etnia, ... , multiplicidades tão presentes nas histórias e que fazem representações de acordo com suas especificidades. É possível à partir das representações específicas de um grupo entender as diversas inter-relações com outras culturas. É uma leitura histórica que, ciente das diversas leituras possíveis, permite um olhar e uma compreensão da humanidade sem acabar com as singularidades.

Com o intuito de aprofundar esta discussão recorreremos a Veyne. Segundo o autor: “já que tudo é histórico, a história será o que nós escolhermos” (VEYNE, 1982: 33). Deste modo, abre-se o espaço para a subjetividade do pesquisador dentro da história, espaço, aliás, que embora muito negado, sempre esteve presente: “No entanto, este saber, suspeitado ou insuspeito, corre hoje subterraneamente, clandestinamente, nos não-ditos dos nossos trabalhos científicos” (SANTOS, 1988: 68). Nós, e aí estamos parcialmente de acordo com Veyne, ao invés de negligenciá-lo, pensamos que é preciso explicitá-lo o quanto possível. Enquanto pesquisadores e pesquisados, as histórias são permeadas pelas subjetividades. Pode-se então dizer que “tudo é história, exceto o que ainda não se compreendeu o por quê” (VEYNE, 1982: 40). Nossa divergência começa a surgir a partir das “conclusões” a que Veyne chega. Ao contrário dele, acreditamos que a história é um conhecimento que se diferencia de um romance. Mesmo que os conceitos são históricos e não podem ser igualmente aplicados em diferentes épocas (VEYNE, 1982: 68), e muitos deles sejam confusos e imprecisos, pensamos que se olharmos para o lugar a partir do qual as pessoas estão falando, bem como do lugar do próprio pesquisador, é possível perceber a diferença entre história e romance. Isto é perfeitamente possível. Aliás, o próprio Veyne só pode afirmar que os conceitos são históricos porque percebe os diferentes lugares de fala. Para nós, é de suma importância, que mais do que escutar a fala é buscar compreender as razões da fala.⁷

A história da educação, amparada nesta concepção de história inclui as vozes silenciadas, pois possibilita que se pesquise a partir de vários pontos de entrada, sem absolutizar nenhum deles. Aqui cabe a citação de Kosik, (mesmo que não pensamos que a história seja a ciência que permite aos homens sair da pseudo-concreticidade como o autor defende em seu livro “Dialética do Concreto”), admitimos que “o homem descobre o sentido das coisas porque ele se cria um sentido humano para as coisas” (KOSIK, 1976: 120).

Para compreendermos este sentido humano, ao pesquisarmos dentro do campo da história da educação, torna-se importante entender principalmente o contexto cultural e social no qual os indivíduos produzem suas idéias, teorias e representações. Desde modo compreende-se a singularidade e a subjetividade destes, evitando partir de modelos e ou estruturas como se estes fossem os determinantes de suas práticas, pois, por maior que possa ser o poder de uma estrutura sempre há espaços de

⁷ Não se trata de querer buscar A História, pois: “Em todo o caso, o que se deve esperar é que a ciência histórica possa evitar melhor, de agora em diante, as tentações da filosofia da história, que renuncie às pretensões da maiúscula – a história com H – e se defina melhor em relação à história vivida dos homens” (LE GOFF, 1993: 57).

liberdade e de criatividade. As diversas perspectivas que se encontram numa sociedade ou num grupo social são historicamente construídas e como tais são transitórias, contraditórias, conflitivas e acima de tudo múltiplas e plurais. Compreendê-las implica em aceitar vários olhares, diferentes olhares, olhares antagônicos,...

Todas estas reflexões no sentido de contribuir para escrever a história da educação levam-nos a um entendimento que ao mesmo tempo que não construímos A Verdade sobre a história da educação, não podemos deixar de querer construir uma verdade, pois:

“Abandonar essa intenção de verdade, talvez desmesurada mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações, a todas as falsidades que, por traírem o conhecimento, ferem a memória no exercício de seu ofício, cabe aos historiadores serem vigilantes” (CHARTIER, 1994: 111).

Assim, voltando à pergunta inicial deste artigo, “Qual história da educação”, respondemos (provisoriamente!), respaldados principalmente por Chartier, uma história que englobe as vozes silenciadas, que tenha um entendimento de diferença que ultrapasse as da ordem de fortuna (inclui as diferenças de raça, gênero, etnia, crença,...), que compreenda que as ações/reações de uma pessoa estão para além da imposição de uma estrutura e que não dogmatize e absolutize nenhuma verdade, pois todas são históricas, portanto provisórias e parciais.

Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, vol 11 n° 5, 1991.
- _____. História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol.7 n°13, 1994.
- _____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- KAREL, Kosik. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1976.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

- LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques(org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MORIN, Edgar. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Vol. 2, n. 2, maio/agosto, 1988.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história?** Brasília: Edunb, 1982.